

# MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



AMATRA-2

JANEIRO/2018 - Nº 103

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA: HORA DA MOBILIZAÇÃO

PÁG. 12



**VITÓRIA: RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO TRT-2 FIXA CRITÉRIOS OBJETIVOS NOS CONCURSOS PARA PROMOÇÃO DE MAGISTRADOS**

PÁG. 5

**APÓS QUASE UM ANO DE LUTA, ACORDO QUE DEFINE REGRAS DE VINCULAÇÃO DE SERVIDOR AUXILIAR A JUIZ SUBSTITUTO FOI HOMOLOGADO**

PÁG. 5

**JANTAR DA AMATRA: A ALEGRIA DEU UM CHEGA PRA LÁ EM 2017 EM EVENTO QUE MARCOU FIM DO ANO**

PÁG. 16



## MAGISTRATURA E TRABALHO

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### PRESIDENTE

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA

#### VICE-PRESIDENTE

MARCELO AZEVEDO CHAMONE

### DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

CRISTINA OTTONI VALERO

### DIRETORIA CULTURAL

FÁBIO MOTERANI

XERXES GUSMÃO

### DIRETORIA SOCIAL

ISABEL CRISTINA QUADROS ROMEO

TATIANA A. JULIA E. H. BELOTI MARANESI

BEATRIZ FEDRIZZI BERNARDON

### DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

VALERIA NICOLAU SANCHEZ

LÁVIA LACERDA MENENDEZ

### COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PREROGATIVAS

#### DESEMBARGADORES

TITULAR: ELZA EIKO MIZUNO

SUPLENTE: SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO

#### JUIZES TITULARES

TITULAR: PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS

#### JUIZES SUBSTITUTOS

TITULAR: KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO

SUPLENTE: RAQUEL MARCOS SIMÕES

### DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

FREDERICO MONACI CERUTTI

JEFFERSON AMARAL GENTA

### DIRETORIA DE APOSENTADOS

AMADOR PAES DE ALMEIDA

MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

MARIA CRISTINA FISCH

### DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

MARCOS SCALERCIO

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO

### CONSELHO FISCAL

#### TITULARES

MAGDA CRISTINA MUNIZ

RODRIGO AÇUJO

RENATA SIMÕES LOUREIRO FERREIRA

CARLOS FRANCISCO BERARDO

JULIANA EYMI NAGASE

### COMISSÃO DE JUIZES TITULARES E SUBSTITUTOS

ADRIANA PRADO LIMA

ROGERIA DO AMARAL

MARIA FERNANDA DE QUEIROZ DA SILVEIRA

JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS

DIANA MARCONDES CESAR KAMBOURAKIS

JOSE CARLOS CASTELLO BRANCO

### DIRETORIA DE ASSUNTOS

#### LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

LAURA RODRIGUES BENDA

JULIANA JAMTCHEK GROSSO

#### REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE

APARECIDA MARIA DE SANTANA

#### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS

FLÁVIO ANTONIO CAMARGO DE LAET

#### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO

DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

CLAUDIA FLORA SCUPINO

#### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

JULIANA FERREIRA DE MORAIS AZEVEDO

#### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO

JULIANA HEREK VALÉRIO

### AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235 -

BLOCO B - 10º ANDAR

BARRA FUNDA - SÃO PAULO - SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 - FAX: (11) 3392-4727

### O JORNAL MAGISTRATURA E TRABALHO

#### É FEITO PELA

#### VARIEDADE COMUNICAÇÃO

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1006 - 9º ANDAR

PERDIZES - SÃO PAULO - SP - CEP: 05013-001

TEL: (11) 2501-2702

#### JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANITAS - MTB 1.259/DF

#### PROJETO GRÁFICO E ARTE

PATRICIA MORANTE

#### COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

ALEXANDRE SACONI (TEXTOS)

GABRIEL KWAK (REVISÃO)

FOTOS DE CAPA: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO AMATRA-2

(PRINCIPAL) E FELIPE PINHOLI (JANTAR ANUAL)

## ERRATA

Na edição anterior, algumas informações referentes à trajetória do Juiz aposentado Juraci Silva, homenageado do Medalha de Ouro, não estavam corretas. A saber: ingressou na carreira em março de 1979, somando dez anos como Juiz do Trabalho; foi promovido a Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento em março de 1982, exercendo o cargo em Bauru, sendo removido posteriormente para a 3ª JC, em São Bernardo do Campo, e depois para a 48ª JC, na capital.

## TORMENTAS E VITÓRIAS

### Caros associados:

Nossa gestão está perto de completar dois anos. Fazendo uma rápida digressão, lembro-me como se fosse ontem do primeiro jornal do nosso grupo de gestão 2016/2018. De lá para cá, muita coisa aconteceu e vem acontecendo. Ao fazer um retrospecto, deixo de discorrer sobre o quadro tormentoso marcado pela crise que assola o País de um modo geral e a Magistratura em específico. Já temos em nível suficiente os nossos dramas particulares, nossas incongruências coletivas. Diante de várias dificuldades, a AMATRA-2 obteve vários resultados favoráveis aos Magistrados.

No Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacamos: (i) a indicação e a vinculação de um Servidor para atuar na condição de Auxiliar do Juiz Substituto; (ii) o reconhecimento do artigo 319 da Consolidação das Normas da Corregedoria atinente à vinculação do Magistrado ao julgamento; (iii) a manutenção da designação do Juiz Substituto após o período de férias; (iv) a proibição de anotação de Pedidos de Providência ou qualquer expediente, exceto Procedimento Administrativo Disciplinar, no prontuário do Magistrado; e (v) diversos procedimentos para garantir melhor interpretação e pagamento de GEJ para todos os Magistrados, inclusive Desembargadores.

No Congresso Nacional, atuamos em diversas matérias, tais como: (i) Reforma da Previdência; (ii) Reforma Trabalhista; (iii) luta pelo reajuste do subsídio; (iv) luta pelo retorno do ATS; (v) acompanhamento do PL do Extrateto; (vi) empenho pela manutenção do Auxílio-Moradia até a aprovação do ATS; (vii) luta contra a criminalização das prerrogativas do advogado; (viii) manutenção do Abono de Permanência; e (ix) luta pela eleição direta nos Tribunais.

No âmbito do TRT-2, mantivemos diálogo aberto e cordial com êxito em algumas questões, tais como: (i) pagamento de passivos, especialmente a PAE, em razão de sobre orçamentária; (ii) aprovação da Resolução dos Critérios Objetivos para Promoção por Merecimento; (iii) melhoria nos critérios de designação dos Juizes Substitutos da Reserva Técnica, inclusive a prorrogação da designação de quinta-feira para sexta-feira; (iv) ampliação do Auxílio Fixo, sendo que das 217 Varas do Trabalho, 170 foram beneficiadas pelo sistema; (v) novo sistema de designação de Juiz Convocado ao TRT-2; e (vii) priorização aos aposentados no pagamento de passivos.

No âmbito da AMATRA-2, sem a utilização de patrocínios, realizamos: (i) 4º e 5º Congressos da Magistratura Laboral de São Paulo; (ii) seminários da Reforma Trabalhista e Previdenciária; (iii) lançamento de Revistas Jurídicas em homenagem aos Magistrados Aposentados; (iv) diversos eventos esportivos; (v) happy hours, inclusive nas demais Circunscrições; (vi) 33º Encontro Anual da AMATRA-2 em Santiago no Chile; (vii) Jantar Anual da AMATRA-2 gratuito aos Associados; (viii) almoço de confraternização com os Magistrados Aposentados; e (ix) ampliação dos convênios em benefício dos Associados.

Por fim, (i) enviamos balancete mensal aos Associados; (ii) informatizamos a Secretaria da AMATRA-2; (iii) mantivemos a contratação de escritório de advocacia para atender os Associados; (iv) manutenção de assessora de imprensa, que assegurou a participação da AMATRA-2 em diversos meios de comunicação; (v) manutenção de almoço gratuito aos Magistrados Aposentados; (vi) manutenção da mensalidade reduzida aos Magistrados Aposentados que já tenham contribuído por mais de 25 anos; (vii) envio de correspondência e informativos eletrônicos de toda a demanda e atuação da AMATRA-2 aos Associados; (viii) ampliação dos incentivos aos Associados para a prática de modalidades esportivas, e (ix) diversas homenagens aos Associados Aposentados.

De nossa parte, continuaremos debruçados em busca de soluções que garantam melhores condições de trabalho e independência ao Magistrado, seguindo em vigilância constante para manter a Justiça do Trabalho no papel de vanguarda que sempre caracterizou a História da AMATRA-2.

No mais, desejo a todos que o Ano-Novo seja marcado por muitas conquistas, bênçãos e que todos nós encontremos em 2018 motivos para termos esperanças e sermos felizes SEMPRE!

**Juntos somos mais fortes. Juntos pela Magistratura que queremos.**

Um grande abraço,

**Fábio Ribeiro da Rocha**  
Presidente da AMATRA-2



GUTO SEIXAS

INÍCIO DA DISCUSSÃO  
PELO PLENÁRIO DO TST  
ESTÁ MARCADO PARA O  
DIA 06 DE FEVEREIRO

DIVULGAÇÃO TST

## TST DISCUTIRÁ REVISÃO DE SÚMULAS PÓS-REFORMA TRABALHISTA EM FEVEREIRO

Plenário deve definir se as mudanças previstas na Lei 13.467/17 valem apenas para contratos novos

O Plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST) começa a discutir no dia 06 de fevereiro próximo parecer elaborado pela Comissão de Jurisprudência em torno da revisão de 34 súmulas do órgão que seriam impactadas pela entrada em vigor, no dia 11 de novembro do ano passado, da chamada reforma trabalhista – Lei 13.467. O documento sugere mudanças em oito súmulas e já foi distribuído aos 28 Ministros da Casa. Para que seja aprovado, o parecer precisa da aprovação de dois terços do plenário, ou seja, 18 ministros.

A íntegra do parecer foi divulgada à imprensa no último dia 08 de janeiro. No documento, concluído dois dias após a entrada em vigor da nova Lei - após a edição da Medida Provisória 808, portanto, que ainda tramita no Congresso Nacional e tenta ajustar alguns pontos da reforma trabalhista -, a Comissão de Jurisprudência avalia que algumas mudanças previstas na 13.467/17 valem apenas para novos contratos de emprego, assinados após o dia 11 de novembro.

De acordo com a revisão proposta, a diferenciação entre os contratos novos e os antigos deve ser aplicada em processos relacionados ao deslocamento entre a casa e o trabalho, às gratificações e às diárias de férias incorporadas ao salário. O mesmo valeria para a regra que permite a um não empregado representar a empresa na Justiça, o chamado “preposto”. Outro ponto que se enquadraria nesse princípio seria a “sucumbência”, regra que prevê que o trabalhador poderá arcar com os custos do processo em caso de derrota na Justiça do Trabalho.

O parecer também ajusta o entendimento sobre hora-extra e prevê tratamento diferenciado para o adicional noturno dos trabalhadores que têm jornada de 12 horas seguida por 36 horas de descanso. Vale lembrar que as súmulas do TST não têm efeito vinculante, ou seja, não obriga as demais instâncias a adotar o mesmo entendimento. No entanto, o mundo jurídico costuma encarar esses documentos como um posicionamento consolidado, o que acaba por influenciar parte importante dos Magistrados.

O TST começou 2017 com um acervo de **248 mil** processos e fechou o ano com **252 mil**

Fonte: Assessoria de Comunicação do TST

### PRESIDÊNCIA DO TST: SAI MARTINS FILHO, ENTRA BRITO PEREIRA

A posse do novo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Batista Brito Pereira, de 66 anos, está marcada para o próximo dia 26 de fevereiro. O maranhense nascido em Sucupira do Norte, integra a Corte desde 2000 em vaga destinada a membro do Ministério Público do Trabalho. Brito Pereira substituirá o atual presidente, Ives Gandra Martins Filho, no cargo desde 2016.

O novo “comandante” do TST tem pós-graduação em Direito Público e é professor de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho. Advogado especializado na área trabalhista, Brito Pereira entrou no Ministério Público do Trabalho em maio de 1988, onde exerceu, entre outros, o cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho.

Também tomam posse na administração do tribunal superior, o novo Vice-Presidente da Corte, Renato de Lacerda Paiva, atual Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho; e o novo Corregedor-Geral, Ministro Lelio Bentes Corrêa.



ATÉ 2020: BRITO PEREIRA TOMA POSSE NO DIA 26 DE FEVEREIRO

## JUÍZES E PROCURADORES JUNTOS EM PROTESTO CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Ato público nacional convocado pela Frentas contra a PEC 287/16 vai marcar a abertura do Ano Judiciário, no dia 1º de fevereiro de 2018

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

RODRIGO MAIA:  
NA ARTICULAÇÃO  
PRÓ-REFORMA

A abertura do Ano Judiciário, no dia 1º de fevereiro de 2018, será marcada por um grande ato público nacional contra a Reforma da Previdência (PEC 287/16) e pela valorização e independência da Magistratura e do Ministério Público. A iniciativa é da Anamatra e das demais entidades que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), que também apoiam a mobilização. A AMATRA-2 apoia e participará do protesto por meio de representantes de sua diretoria. O ato em Brasília está marcado para as 14h00, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

O objetivo é alertar toda a população, a comunidade jurídica e os parlamentares para os riscos das propostas legislativas

que tendem a enfraquecer a autoridade judiciária em suas respectivas carreiras, que pretendem sucatear o sistema previdenciário brasileiro, e, de resto, para o quadro de descaso e paralisia institucional que ameaça a própria integridade da Magistratura e do Ministério Público. A intenção é que também sejam realizados atos desse tipo em todo o país.

### MAIA NA CAÇA POR VOTOS

Na conta que tem na rede social Twitter, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), declarou na última quinta-feira, dia 11 de janeiro, que sua busca por votos pró-reforma está a pleno vapor. “Hoje, agenda da reforma da Previdência. Café da manhã com Partido da Re-

pública, já começamos o trabalho para a conquista dos votos. O almoço será com o governador Colombo em Florianópolis. Vamos tentar construir a participação dos governadores neste debate”, informou em tuíte o principal articulador da proposta dentro do Congresso Nacional.

A previsão do governo é de que a PEC 287 entre na pauta de votação no Congresso logo após o Carnaval, no dia 19 de fevereiro próximo. Após o anúncio do rebaixamento da nota de crédito do Brasil pela agência de classificação de riscos Standard&Poor’s, anunciado na quinta-feira (11/01), a área econômica tem usado a reforma da previdência para atestar compromisso do país com o equilíbrio fiscal.

**AMATRA-2 promove  
Seminário Reforma da  
Previdência e Previdência  
Complementar no dia  
29  
de Janeiro**

### LEWANDOWSKI E A CONTRIBUIÇÃO

O Ministro do STF, Ricardo Lewandowski (na foto), suspendeu no dia 18 de dezembro os efeitos da MP 805/2017, que adiou o reajuste salarial dos servidores públicos federais do Executivo e ampliou de 11% para 14% a contribuição previdenciária. A decisão foi tomada na ADI 5809, protocolada pelo PSOL. Segundo o Ministro, a jurisprudência do Supremo é pacífica ao garantir a irredutibilidade dos salários e que os servidores seriam duplamente afetados pelo mesmo ato: por cercear um reajuste salarial já concedido mediante lei; depois por aumentar a alíquota da contribuição, que passa a ser arbitrariamente progressiva, sem qualquer consideração de caráter técnico a ampará-la.



DIVULGAÇÃO STF

## ENFIM, PROMOÇÕES VÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS FIXADAS PELO CNJ



DIVULGAÇÃO AGENCIA CNJ

As votações para composição da lista tríplice no concurso de promoção de Magistrados no 1º Grau e acesso ao 2º Grau estão agora em consonância com a Resolução 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com a Resolução Administrativa nº 06/2017, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 13 de dezembro de 2017, nas sessões para julgamento, os Desembargadores atribuirão notas orais a cada um dos Magistrados concorrentes, fundamentando sua decisão, observando os critérios específicos previstos no artigo 11 da referida Resolução do CNJ. Será facultado ainda o uso de uma planilha elaborada pelo TRT-2, que servirá como modelo de guia de votação.

A medida aprovada pelo Pleno do TRT-2 foi tomada considerando, entre outros aspectos, o Pedido de Providências de iniciativa da AMATRA-2 em face do TRT-2, em 2015, apresentado perante o Conselho Nacional de Justiça, para fixação de critérios objetivos nos concursos de promoção e acesso de Magistrados. Levou em conta ainda que o ato que dispõe sobre o concurso de promoção neste Regional encontra-se defasado, tendo em vista a Resolução nº 106 do CNJ, de 2010.



NELSON IRESCO/STF

O ministro Luiz Fux liberou seu voto na Ação que trata do Auxílio-Moradia dos Magistrados, e deve ser incluída na pauta de julgamentos do Supremo Tribunal Federal este ano. Há três anos, o Ministro concedeu liminar que garante o pagamento do benefício a toda a Magistratura. Ele vinha sofrendo enorme pressão para que seu voto fosse liberado, inclusive com campanhas nas mídias sociais e pedidos de impeachment. Além disso, a pressão para extinguir o Auxílio-Moradia cresce a cada dia: alguns integrantes do Supremo Tribunal Federal já fizeram declaração contrária ao benefício; já o Executivo, por meio da Receita Federal, pretende criar obstáculos tributários para mitigar o pagamento do benefício. O Legislativo está discutindo PEC para extinguir o auxílio. A inclusão do processo em pauta depende de decisão da Presidência do STF.

### PLANTÃO JUDICIÁRIO

No dia 12 de dezembro, a AMATRA-2 protocolou Pedido de Providências no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), requerendo a anotação automática para compensação de todos os dias dos plantões judiciais, independentemente de haver efetivo chamado. A demanda foi distribuída ao Conselheiro Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior e aguarda decisão. A ida ao CNJ só aconteceu após indeferimento de Requerimento e Recurso Administrativo pelo administrativo do TRT-2 (foto).



DIVULGAÇÃO TRT-2

### CONVÊNIO ANAMATRA E BRADESCO SAÚDE

A Anamatra assinou no final do ano passado, dia 18 de dezembro, termo aditivo ao convênio celebrado com a Qualicorp. Até então, os Associados à Anamatra tinham à disposição, em razão da parceria, acesso aos serviços de saúde oferecidos pela SulAmérica. A ampliação possibilita o acesso também à rede Bradesco Saúde. Com a entrada em vigor da nova parceria, o que se deu em 1º de janeiro de 2018, o Associado poderá, eletronicamente, fazer as simulações e decidir sobre a migração ou a contratação do novo serviço.



AGÊNCIA CNJ

### ACORDO QUE DEFINE REGRAS PARA AUXILIAR FIXO FOI HOMOLOGADO

No início de dezembro foi homologado acordo entre a Administração do TRT-2 garantindo a vinculação de Servidor Auxiliar ao Juiz Substituto, cabendo ao Tribunal regulamentar, segundo a sua conveniência, a lotação desse Servidor na Unidade Judiciária, em respeito ao princípio da isonomia entre os Juizes Substitutos. Segundo o presidente da AMATRA-2, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, o acordo tem sido respeitado pelo Tribunal.

A ideia da conciliação entre as duas partes surgiu por sugestão da Conselheira Maria Tereza Uille durante Sessão do Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no final de setembro do ano passado. Na ocasião, estava em apreciação liminar deferida pelo Relator Conselheiro do Órgão Gustavo Tadeu Alkmim em Procedimento de Controle Administrativo interposto pela Anamatra e a AMATRA-2 contra ato do TRT-2 que tratava da regulamentação do Servidor Auxiliar do Juiz Substituto no Regional. Para saber os termos do acordo, acesse o site da AMATRA-2 ([www.amatra2.org.br](http://www.amatra2.org.br))

## ENTREVISTA

# “PARA SEREM COBRADAS AS METAS PRECISAM SER FACTÍVEIS”

Nesta entrevista, o novo Conselheiro do CNJ, **Francisco Luciano de Azevedo Frota**, fala sobre desafios, reforma trabalhista e metas



MARCELO OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Nascido na cidade de Sobral, município localizado no sertão do Ceará, e radicado em Brasília, o Juiz do Trabalho, Francisco Luciano de Azevedo Frota, 51 anos, casado e pai de dois filhos, tomará posse como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no próximo dia 06 de fevereiro. Entre indicação pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), sabatina e aprovação pelo Senado, o processo para que Frota assuma o cargo na vaga destinada a um Juiz do Trabalho se estendeu por seis meses. A indicação do titular da 3ª Vara do TRT da 10ª Região para a vaga no Conselho Nacional de Justiça foi feita por uma ala majoritária no TST e identificada como oposição ao atual presidente do órgão, o ministro Ives Gandra Martins Filho.

Nesta entrevista concedida ao MAGISTRATURA E TRABALHO, Luciano Frota fala sobre metas, reforma trabalhista e desafios:

**P.** Agora Conselheiro do CNJ, qual a sua visão sobre a fixação e cobrança de metas pelo órgão no caso da Justiça do Trabalho, diante do déficit crescente de pessoal – servidores e Magistrados?

**R.** Como o próprio nome diz, as metas constituem objetivos a serem alcançados.

Faz parte da ideia de planejamento. Também é importante frisar que essas metas do CNJ, pelo menos nos últimos anos, vêm sendo estabelecidas dentro de um amplo debate interno, possibilitando a participação de todos os tribunais. Preocupa-me, entretanto, quando as metas são vistas como políticas de redução de processos, com viés meramente quantitativo, pois, além de comprometer a boa prestação jurisdicional, finda por tratar a consequência sem atacar a causa da litigiosidade, resul-

tando, ao fim e ao cabo, num déficit de acesso a uma ordem jurídica justa. Evidentemente que para serem cobradas as metas precisam ser factíveis, devendo haver uma relativização diante de situações episódicas ou sazonais, como no caso de déficit de pessoal.

**P.** A entrada em vigor da Lei 13.467/2017 tem suscitado questionamentos quanto ao papel dos Magistrados do Trabalho à aplicação desse novo texto. O CNJ deve punir Juízes que interpretam a legislação de forma diferente uns dos outros?

**R.** Claro que não. Interpretar a lei é papel dos juízes. As inquietações e as angústias trazidas pelo advento de uma nova norma são absolutamente normais, principalmente considerando, como no caso particu-



lar, as mudanças produzidas, sejam do ponto de vista quantitativo, sejam no aspecto qualitativo. A norma está posta. Caberá ao juiz aplicá-la. E essa aplicação será feita, tenho certeza, como se faz com qualquer outra lei, considerando o sistema jurídico em que ela está inserida.

O que não é possível fazer é inibir o juiz de exercer a sua jurisdição, que precisa ser livre, imparcial e comprometida com valores e princípios constitucionais.

**P. De que forma o senhor pretende contribuir para o aprimoramento do CNJ enquanto instituição que visa a aperfeiçoar o sistema judiciário do Brasil?**

**R.** O Conselho Nacional de Justiça tem pouco mais de 12 anos, mas já se afirma perante a sociedade como um órgão essencial para aprimorar o nosso sistema judiciário. Se atualmente temos um Poder Judiciário menos fechado, mais transparente em suas ações, devemos em grande medida às ações capitaneadas pelo CNJ. Penso que a atribuição mais importante do CNJ está na definição e uniformização das políticas institucionais. Não é mais possível um Poder Judiciário formado por compartimentos estanques, que não se comunicam e que não compartilham as suas experiências. O CNJ tem exatamente esse papel aglutinador das vivências e experiências de cada unidade do Judiciário, fazendo-as reproduzir-se como políticas públicas em benefício da sociedade. Pretendo, assim, com a experiência de 24 anos de magistratura de primeira instância, oferecer a minha contribuição na construção dessas ações de planejamento, com os olhos voltados para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional. Além disso, procurarei atuar nos programas que integram a pauta social

**“Não é mais possível um Poder Judiciário formado por compartimentos estanques, que não se comunicam e que não compartilham as suas experiências.”**

do CNJ, mais especificamente aqueles voltados para a efetivação dos Direitos Humanos no Brasil. Há hoje no CNJ um campo vasto para uma militância social, pois já existem políticas públicas implementadas pelo órgão de grande alcance, tais como aquelas voltadas para a aprimorar o sistema de adoção, humanizar o sistema penitenciário, combater a violência contra a mulher, o trabalho infantil e o trabalho escravo, além de tantas outras iniciativas louváveis.

**P. Na sua visão, qual será o seu maior desafio na nova função?**

**R.** O maior desafio é manter acesa a chama da esperança de um Poder Judiciário melhor, mais efetivo, mais integrado à realidade social e consciente do seu papel institucional. O Judiciário finalizou o ano de 2016 com quase 80 milhões de processos aguardando solução definitiva, tendo sido recebidos nesse mesmo período 29,4 milhões de feitos, 5,6% a mais do que em 2015. E isso porque foram julgados no ano 30,8 milhões de processos (uma média de 1,7 mil por magistrado).

Se trabalhamos tanto e o nosso estoque processual só aumenta, alguma coisa de errada existe e que precisa ser mudada. Esse é o grande desafio. Repensar o nosso modelo de Judiciário para torná-lo menos burocrático e mais célere em suas respostas aos jurisdicionados. O CNJ tem um papel central nessa reflexão, mas o debate precisa ser travado com todos os atores sociais.

**P. Aspectos como subsídios e os chamados “penduricalhos” pagos a Magistrados estão na pauta do CNJ. Qual a saída que o senhor defende para este imbrólio?**

**R.** Inicialmente, acho que os problemas que temos em relação à irregularidades de pagamentos a magistrados são localizados, não sendo justa a crítica generalizante que se faz ao Poder Judiciário quanto a esse aspecto. Para a solução desses problemas, entretanto, não vejo outra saída que não seja o cumprimento da Constituição. Há um teto remuneratório constitucional que deve ser observado, não apenas pela magistratura, mas, indistintamente, por todos os Poderes da República.

Penso que é preciso assegurar a maior transparência e publicidade possíveis em relação aos valores remuneratórios da magistratura, assim como deve ser para todos os agentes e servidores públicos. Importante pontuar que essa questão dos chamados “penduricalhos” está sendo enfrentada pelo CNJ, por meio de sua Corregedoria Nacional, cujas ações e providências já adotadas visam sobretudo a garantir a estrita observância dos ditames constitucionais.

**P. A Justiça do Trabalho tem sido alvo de uma série de críticas e há quem defenda até a sua extinção. Como o senhor avalia este tipo de ameaça?**

**R.** Acho lamentável. A Justiça do Trabalho é imprescindível para assegurar um razoável equilíbrio na relação, sempre conflituosa e desigual, entre o capital e o trabalho. A sua presença, em qualquer rincão desse país, representa a demarcação de um território de civilidade do qual um país como o Brasil, com tantas desigualdades sociais, não pode prescindir. O que está por trás dessa ideia desarrazoada de extinção da Justiça do Trabalho é a extinção do próprio Direito do Trabalho, visto pelos detentores do poder econômico como um entrave para o processo de acumulação próprio do sistema capitalista. ■

**“O que está por trás dessa ideia desarrazoada de extinção da Justiça do Trabalho é a extinção do próprio Direito do Trabalho, visto pelos detentores do poder econômico como um entrave para o processo de acumulação próprio do sistema capitalista.”**



# ENCONTRO ANUAL

DA ESQUERDA PARA A DIREITA: O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, MINISTRO RENATO LACERDA PAIVA; O PRESIDENTE DO TRT-2, DESEMBARGADOR WILSON FERNANDES; O PRESIDENTE DA AMATRA-2, FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA; O PRESIDENTE DA ANAMATRA, GUILHERME FELICIANO, E O DIRETOR CULTURAL DA AMATRA-2, FÁBIO MOTERANI



## CONFRATERNIZAÇÃO E LUTA

Sediado no Chile, o 33º Encontro Anual da AMATRA-2 buscou a reafirmação dos Direitos Humanos e a defesa da Justiça do Trabalho

POR ALEXANDRE SACONI

**E**m mais um momento histórico de sua trajetória, a AMATRA-2 reuniu diversos Magistrados e autoridades em seu 33º Encontro Anual. Nesta edição, ocorrida entre os dias 17 e 20 de novembro em Santiago, capital do Chile, os Magistrados Trabalhistas renovaram seus votos de continuarem à frente da luta pela garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Com o tema “Reafirmação dos Direitos Humanos”, o encontro contou com a presença de cerca de 50 participantes, entre eles, Magistrados do Trabalho da 2ª Região, além do presidente da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), o Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, e, também, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Renato de Lacerda Paiva, que foi homenageado no evento com a concessão

do título de Sócio Benemérito da AMATRA-2. Paiva será o novo Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele assume o cargo em fevereiro próximo (ler matéria na página ..).

Na abertura do evento, realizado no hotel NH Collection Plaza Santiago, o Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, presidente da AMATRA-2, declarou o início oficial dos trabalhos, agradecendo aos Magistrados que ajudaram a organizar o evento e aos participantes, a quem considera “os verdadeiros protagonistas do encontro”. Em seguida, passou a palavra ao Diretor Cultural da entidade, Juiz Fábio Moterani. “Vivemos em um mundo de polarização, em que se pensa em fazer muros para separar nações, em que trabalho escravo virou uma modalidade simples de trabalho [...], em que as pessoas não mais se preocupam com a di-

menção humana de uns com os outros. Com isso, precisamos fazer uma reflexão nossa como Juizes, a quem se destinam muitos dos conflitos que a sociedade não consegue resolver por si. Cabe a nós resolvermos isto de maneira sábia, de uma maneira que possa prestigiar todo o alcance histórico que nós temos como seres humanos”, disse Moterani.

O Diretor Cultural encerrou a mesa de abertura agradecendo aos presentes e aos demais integrantes da AMATRA-2 por aceitarem debater e refletir sobre esse tema tão importante que é a questão dos Direitos Humanos.

### ECONOMIA E DESEMPREGO

Na sequência, foi dado início ao primeiro painel do dia, com a presença dos Presidentes da AMATRA-2, o Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, da ANAMA-



TRA, Juiz do TRT-15 Guilherme Feliciano, e do TRT-2, Desembargador Wilson Fernandes.

A economia de gastos foi um dos pontos centrais da fala de Fernandes, que tranquilizou os presentes quanto a eventuais necessidades para o ano de 2018.

“Fizemos um acordo com o CRECISP (Conselho Regional de Fiscalização do profissional Corretor de Imóveis de São Paulo) para avaliar os imóveis do Tribunal, e foi constatado que, em muitos casos, pagava-se um valor muito acima do mercado. [...] A economia que fizemos apenas com a revisão do valor de contratos de aluguéis de imóveis chega a R\$ 30 milhões para o ano de 2018. Como orçamento já estava feito quando nós renegociamos esses contratos, isso significa que vamos ter uma certa tranquilidade para administrarmos o Tribunal durante todo o ano e até para fazermos algumas obras que precisavam ser feitas, mas não havia dinheiro”, destacou o Presidente do Tribunal da 2ª Região.

O Desembargador também ponderou sobre as críticas e especulações de que seja extinta a Justiça do Trabalho. “Quando se fala em extinção da Justiça do Trabalho, eu não vejo outro motivo a não ser nos colocar contra as cordas. Nós deveríamos estar discutindo hoje melhores condições de trabalho para os Juízes e servidores, e não ficar discutindo a nossa sobrevivência. Não faz sentido isso”, ponderou.

Ao encerrar sua fala, Fernandes criticou a reforma trabalhista e a maneira como se deu a alteração nos direitos dos trabalhadores. “A Justiça do Trabalho e o Direito do Trabalho eram apresentados como responsáveis pela crise das empresas. Tenho dito que o que temos é uma crise política, que gerou uma crise econômica, que gerou dificuldades para as empresas, e precisamos agora fazer o caminho inverso. [...] O Direito do Trabalho era rigorosamente o mesmo dez ou 12, 15 anos atrás, e nós tínhamos um índice de desemprego muito baixo. Isso significa que o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho não têm, rigorosamente, nada a ver com o desemprego que enfrentamos. Ele é fruto de uma dificuldade econômica das empresas, que teve uma origem, segundo eu entendo, em uma crise política, e não tem, abso-

lutamente, nada a ver com a Justiça do Trabalho”, completou, traçando um breve panorama histórico.

## PRODUÇÃO E METAS

O presidente da ANAMATRA, o Juiz do TRT-15, Guilherme Feliciano, questionou diversos pontos relativos à atuação do Magistrado do Trabalho. Entre eles, a estipulação de metas a serem atingidas, e como isso pode afetar o cotidiano da prestação jurisdicional.

“Como fica a tutela dos direitos humanos quando nós temos um modelo de metas que exige que o Juiz cumpra marcas de produtividade? É um modelo que diz, especialmente ao Juiz Substituto [...], ‘produza muito e siga súmulas’. E, para produzir muito, eu não posso pensar muito. E, para seguir súmulas, um tanto menos. Como fica o papel do Juiz nesse meio? [...] Como o Juiz vai se preocupar com a solução da

lide sociológica, se o que ele precisa fazer é dar números, independentemente do resultado de sua decisão? Isso é preocupante”, questionou Feliciano.

O Presidente da ANAMATRA, entretanto, ponderou alternativas para a solução desse problema, que passam por uma ressignificação do papel do Magistrado ante os desafios da Justiça do Trabalho. “Essa nova visão de jurisdição envolve, primeiro, a revalorização desse sentido de função de tutela das atividades jurisdicionais. Especialmente quando o que está em jogo são os Direitos Humanos fundamentais. E, convenhamos, na Justiça do Trabalho, é com isso que nós mais trabalhamos. Essa é a nossa matéria-prima”, enfatizou.

O Desembargador Adalberto Martins, Presidente da EJUD-2 (Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 2ª Região), participou da mesa “O Judiciário como Protetor dos Direitos da Pessoa Humana”.



O DIRETOR DA EJUD-2, DESEMBARGADOR ADALBERTO MARTINS, RECEBEU UMA PLACA DE RECONHECIMENTO DA AMATRA-2 ENTREGUE POR SUA ESPOSA, A DESEMBARGADORA MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS (ACIMA); O PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ FÁBIO ROCHA, ENTREGA O TÍTULO DE SÓCIO BENEMÉRITO DA ENTIDADE AO MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA (À DIREITA)



# ENCONTRO ANUAL

O Magistrado aproveitou o espaço para agradecer aos organizadores do evento e elogiou a escolha da temática do Encontro pois, segundo ele, “diante de tanta inovação, mais do que nunca é o que se espera de cada um de nós enquanto integrantes do Poder Judiciário”.

## HOMENAGEM

O evento ainda contou com uma homenagem ao Ministro Renato de Lacerda Paiva, então Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. O futuro Vice-Presidente do TST, que ingressou na Magistratura do Trabalho em 1981, recebeu o título de Sócio Benemérito da AMATRA-2 durante o evento.

Em um discurso emocionado, o Ministro destacou as dificuldades que a Justiça do Trabalho tem enfrentado, principalmente nos últimos anos, com o corte do orçamento e a reforma trabalhista. “Nós vamos mudar o sentido da roda a partir do ano que vem”, disse Renato Paiva, apontando a necessidade da Justiça do Trabalho dar uma volta por cima dos seus desafios com a eleição da nova composição da Corte.

Ele também lembrou sua trajetória na Magistratura, e como os Juízes do Trabalho eram considerados os “patinhos feios” da Justiça. “Havia a época em que nós não éramos considerados Juízes de Direito. Havia os Juízes Classistas, que se diziam Juízes do Trabalho, e nós ficávamos incomodados. Aí, começamos a dizer que éramos Juiz de Direito do Trabalho, e, depois, Juiz Federal do Trabalho. Tudo para dizer que não éramos Juízes Classistas. Era uma outra fase, uma fase difícil, uma fase complexa, uma Justiça do Trabalho que não tem nada a ver com a atual”, recordou.

“A mensagem que eu quero deixar é que nós temos hoje uma Justiça de ponta. Nós somos a mais célere, e, talvez, a mais séria. [...] Sintam-se orgulhosos do que vocês fazem. Sintam orgulho de serem Juízes do Trabalho, de serem parte da melhor Justiça do Brasil. E quando vocês encerrarem a carreira, daqui a muitos anos, possam dizer como eu digo agora: ‘Eu estou convicto de ter tomado a decisão certa há 30 anos, quando eu escolhi a Justiça do Trabalho como caminho para minha vida’”, completou, sendo aplaudido pelos presentes.

## CARTA DE SANTIAGO E CONFRATERNIZAÇÃO

O evento foi encerrado com a leitura da Carta de Santiago, documento elaborado pelos Magistrados, onde é defendida a aplicação e a defesa dos Direitos Humanos na sociedade.

Entre seus principais pontos, destacam-se Princípios da Conduta Judicial de Bangalore (Índia, 2001), onde é colocado que, para uma efetiva reafirmação dos Direitos Humanos pelo Judiciário, é preciso que haja independência, imparcialidade, integridade, correção, igualdade, competência e diligência (leia a íntegra da carta na página ao lado).

Os Magistrados presentes, alguns na companhia de familiares, também participaram de uma visita ao Museu da Memória e dos Direitos Humanos, onde as violações aos Direitos Humanos cometidas pelo regime ditatorial chileno (1973-1990) e em outros lugares do mundo (incluindo o Brasil) são retratadas com o objetivo de nunca mais serem repetidas. Também foi realizada uma visita à vinícola Casas Del Bosque, no Valle de Casablanca.



## CARTA DE SANTIAGO

Os Magistrados do Trabalho da Segunda Região, reunidos no 33º Encontro Anual da AMATRA-2, sob o tema “Reafirmação dos Direitos Humanos”, concitam à reflexão quanto aos princípios que norteiam as relações humanas no plano nacional e internacional.

A humanidade pode vivenciar séculos de conflitos que chegaram a patamares extremos no século XX, época de duas grandes guerras mundiais, revoluções, agregação e desagregação de nações, conflitos civis, segregações, além de contar com crescente polarização política e militar em escala mundial.

Amadureceu-se a concepção de relações internacionais pautadas em pactos multinacionais, intermediado por um Órgão supranacional, a Organização das Nações Unidas, a destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Em seu preâmbulo, a DUDH reconheceu a inerência da dignidade da pessoa humana a todos os membros da família humana; entendeu que “o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que



EM SUA APRESENTAÇÃO, O PRESIDENTE DA ANAMATRA, JUIZ GUILHERME FELICIANO (À ESQUERDA), QUESTIONOU A ESTIPULAÇÃO DE METAS PELOS MAGISTRADOS E OS EFEITOS DISSO NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL



OS MAGISTRADOS, ALGUNS ACOMPANHADOS POR FAMILIARES, VISITARAM O MUSEU DA MEMÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS. MAIS TARDE, PARTICIPARAM DAS PALESTRAS E DA REDAÇÃO DA CARTA DE SANTIAGO (LER ABAIXO)

revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem". Nos tempos atuais, todavia, vivenciamos o recrudescimento da política do individualismo e de outrora que acarretou conflitos sociais indelévels na história da humanidade. Mundo no qual se preconiza a construção de muro para dividir países; banaliza-se a misoginia; emergem as segregações raciais; criminaliza-se a pobreza; vulgariza-se o trabalho em condições análogas a de escravo; precarizam-se as condições do trabalho; viola-se a independência da Justiça, em especial da Justiça do Trabalho, que visa à tutela de direitos sociais. Contexto que vulnera a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a destacar a supressão de recurso efetivo para a jurisdição nacional (art. 8º); tribunal independente e imparcial, permitindo a plena igualdade para seu acesso a toda pessoa que tenha direito (art. 10º); liberdade de opinião e de expressão (art. 19º); a vontade do povo como fundamento da autoridade dos poderes públicos (art.

21º); direito ao trabalho e a remuneração equitativa e satisfatória conforme a dignidade humana, completada por outros meios de proteção social (art. 23º). Incumbe aos integrantes do Judiciário assumir fortemente o papel que lhes cabe no Estado Democrático de Direito, que é a de garantir a proteção dos direitos dos homens contra o próprio Estado e diante da opressão do mais forte junto aos mais fracos. Para isso, importante destacar os Princípios da Conduta Judicial de Bangalore (Índia, 2001), elaborados pelo Grupo da Integralidade Judicial da ONU, fortalecido pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Resolução n. 2006/23), que preconiza aos membros do Judiciário: (a) independência, princípio por meio do qual se garante a legalidade e a garantia de existência de um juízo justo; (b) imparcialidade, sem favoritismo, predisposição ou prejulgamento dentro e fora do tribunal, mantendo e aumentando a confiança do público; (c) integridade, assegurando que sua conduta esteja acima de qualquer suspeita aos olhos de um observador razoável; (d) correção, tendo o juiz como qualquer outro cidadão direito à liberdade de expressão e de

crenças, direito de associação e reunião, preservando sempre a dignidade das suas funções jurisdicionais, imparcialidade e independência; (e) igualdade, concitando o juiz para entender a diversidade da sociedade e as diferenças provenientes de várias fontes, incluídas, dentre outras, raça, cor, sexo, religião, origem, idade, estado civil, orientação sexual, nível social e econômico; (f) competência e diligência, de forma que o juiz se manterá informado sobre as mudanças relevantes no direito internacional, incluídos os convênios internacionais e outros instrumentos que estabeleçam normas de direitos humanos. Um Judiciário forte, independente e imparcial, que entende o seu papel nesse mundo em transição, é essencial para a REAFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, resgatando, fomentando e progredindo a Declaração Universal dos Direitos dos Homens em consonância com os Princípios de Bangalore.

Santiago, 18 de novembro de 2017.

**DIRETORIA DA AMATRA-2**



# EVENTOS



À ESQ., O PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, E COLEGAS NA REINAUGURAÇÃO DA SALA DA ENTIDADE NO NOVO FÓRUM DA ZONA SUL. ABAIXO (DA ESQ. PARA A DIR.): A ADVOGADA LISANDRA GONÇALVES, JUIZ FÁBIO ROCHA, DESEMBARGADOR ADALBERTO MARTINS, JUIZ FERNANDO CÉSAR TEIXEIRA FRANÇA, OS DESEMBARGADORES JANE GRANZOTO, WILSON FERNANDES E CÂNDIDA ALVES LEÃO, E O PRESIDENTE DA ABRAT, ADVOGADO ROBERTO PARAHYBA ARRUDA PINTO



## FÓRUM DA ZONA SUL: NOVO ENDEREÇO E ECONOMIA DE 72%

Desde o dia 06 de novembro passado, o Fórum Trabalhista da Zona Sul está em endereço novo. A seis quilômetros da antiga localização, o imóvel ocupa dois blocos, de quatro andares cada, no Condomínio Panamérica, no bairro de Santo Amaro.

Mantendo o padrão estrutural do imóvel anterior, com espaços mais bem aproveitados, a mudança garantiu uma economia de 72% no custo mensal em aluguel ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2).

Por causa da escassez de recursos, no mesmo local passaram a funcionar o Cejusc-JT (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça do Trabalho) da Zona Sul e, também, o Cejusc-JT ABC, o quinto centro de solução de disputas do TRT-2.

Segundo a coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec-JT2) e Vice-Presidente administrativa do TRT-2, Desembargadora Cândida Alves Leão, essa foi a solução mais viável. “Assim que as condições melhorarem, certamente serão envidados esforços para deslocarmos o Cejusc ABC para a região”, afirmou durante a solenidade de inauguração.

No mesmo dia, a AMATRA-2 reinaugurou a sala da entidade no novo endereço do Fórum da Zona Sul. A Sala AMATRA-2 Maria Inês Moura Santos Alves da Cunha fica no 2º andar, do bloco 2. **Fórum Trabalhista da Zona Sul – Avenida Guido Caloi, nº 1000, Santo Amaro, São Paulo - SP**

## ESPORTE

### A AMATRA-2 FICA EM TERCEIRO LUGAR NOS JOGOS NACIONAIS



O JUIZ APOSENTADO ÁLVARO SIMÕES FICOU EM PRIMEIRO LUGAR NO XADREZ

A AMATRA-2 ficou em terceiro lugar na classificação geral dos Jogos Nacionais da Anamatra 2017, realizados em Brasília entre os dias 01 e 04 de novembro. Entre os bons resultados conquistados pela delegação de Magistrados e Magistradas do TRT-2 estão o primeiro lugar do Juiz Aposentado Álvaro Emanuel de Oliveira Simões, no Xadrez. Ficaram também com a primeira posição a equipe da AMATRA-2 de Natação na categoria Revezamento 4m x 50m Misto, a Juíza Beatriz Fedrizzi Bernardon, na Corrida Rústica de 5 km, Feminino, até 39 anos de idade, e o Desembargador Armando Augusto Pinheiro Pires, na Corrida Rústica de 10 km, Masculino, a partir dos 50 anos.

O Juiz Aposentado Anísio de Souza Gomes foi escolhido em primeiro lugar pelos organizadores dos Jogos como o Atleta Associado Melhor Idade.



## EM HOMENAGEM A MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

A Diretoria Cultural da AMATRA-2 lançou em dezembro a 10ª Edição da Revista Jurídica da Escola da AMATRA-2 em homenagem à Magistrada Aposentada Maria Alexandra Kowalski Motta. O evento de lançamento da nova edição e homenagem à Juíza aconteceu durante o Almoço de Encerramento do Ano Judiciário, realizado na Sede da Entidade no último dia 15 de dezembro.

Prestigiaram o evento, entre outros Associados, o Diretor da EJUD-2, Desembargador Adalberto Martins, os Desembargadores Margoth Giacomazzi Martins, Bianca Bastos, Ivete Ribeiro e Álvaro Alves Nôga, o Presidente da AMATRA-2, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, e os Diretores da Entidade de Juízes Leonardo Grizagoridis da Silva (Diretor-Secretário) e Isabel Cristina Quadros Romeo (Diretora Social).

Certamente, a homenageada Maria Alexandra Kowalski Motta “representa todos nós”, afirmou Fábio Rocha.



AO LADO, O HAPPY HOUR DOS COLEGAS DO FÓRUM DE GUARULHOS. ABAIXO, A DESPEDIDA DE JUÍZES E SERVIDORES ANTES DA MUDANÇA DO FÓRUM DA ZONA SUL PARA OUTRO PRÉDIO



## HAPPY HOUR EM DOSE DUPLA

Associados da AMATRA-2 e familiares participaram no dia 19 de outubro passado de um happy hour da Circunscrição de Guarulhos realizado no restaurante Adega 33. Quase uma semana depois, no dia 24 do mesmo mês, foi a vez de Juízes e servidores do Fórum Trabalhista da Zona Sul se reunirem em um happy hour organizado pela AMATRA-2 em parceria com a associada Juíza Sandra dos Santos Brasil. Essa última celebração foi motivada pela mudança do Fórum para outro endereço (ver texto na página ao lado).



## DATAS

### ORDEM DO MÉRITO

**28 de setembro de 2017**

– solenidade de entrega das Comendas da Ordem do Mérito. Foram 26 homenageados nos Graus Grã-Cruz, Grande-Oficial, Comendador e Cavaleiro.

Entre os agraciados no Grau Comendador estavam os seguintes Associados: Juiz Marcos Neves Fava, Titular da 89ª Vara; a Titular da 15a Vara, Juíza Maria Fernanda Queiroz da Silveira (na foto com o Desembargador Wilson Fernandes, presidente do TRT-2); e o Juiz Maurício Miguel Abou Assali, Titular da 1ª Vara.



### POSSE DE NOVOS JUÍZES

**20 de outubro de 2017** – o Presidente do TRT-2, Desembargador Wilson Fernandes, empossou os seguintes Magistrados aprovados no 41º Concurso Público para Provimento do Cargo de Juiz do Trabalho Substituto: Thiago Barletta Canicoba, Ricardo Leo de Paula Alves, Renan Olimpio Gaeta, Marcos Vinicius de Paula Santos, Guilherme Basseto Petek e Eduardo de Paula Vieira.



### ATO EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**08 de novembro de 2017** – A AMATRA-2, em parceria com outras entidades, realizou Ato em Defesa da Justiça do Trabalho. Durante o evento, foi reforçada a importância da JT na resolução de conflitos e no equilíbrio da relação capital-trabalho.

### 55 ANOS DE MAGISTRATURA

**07 de dezembro de 2017** – Os 55 anos de Magistratura do Trabalho do Associado Hamilton Ernesto Antonino Reynaldo Proto foi comemorado em almoço com a Diretoria da AMATRA-2. Proto ingressou na carreira após ter sido aprovado no 3º Concurso de Provas e Títulos.



## CRIANÇAS E MUITA ALEGRIA

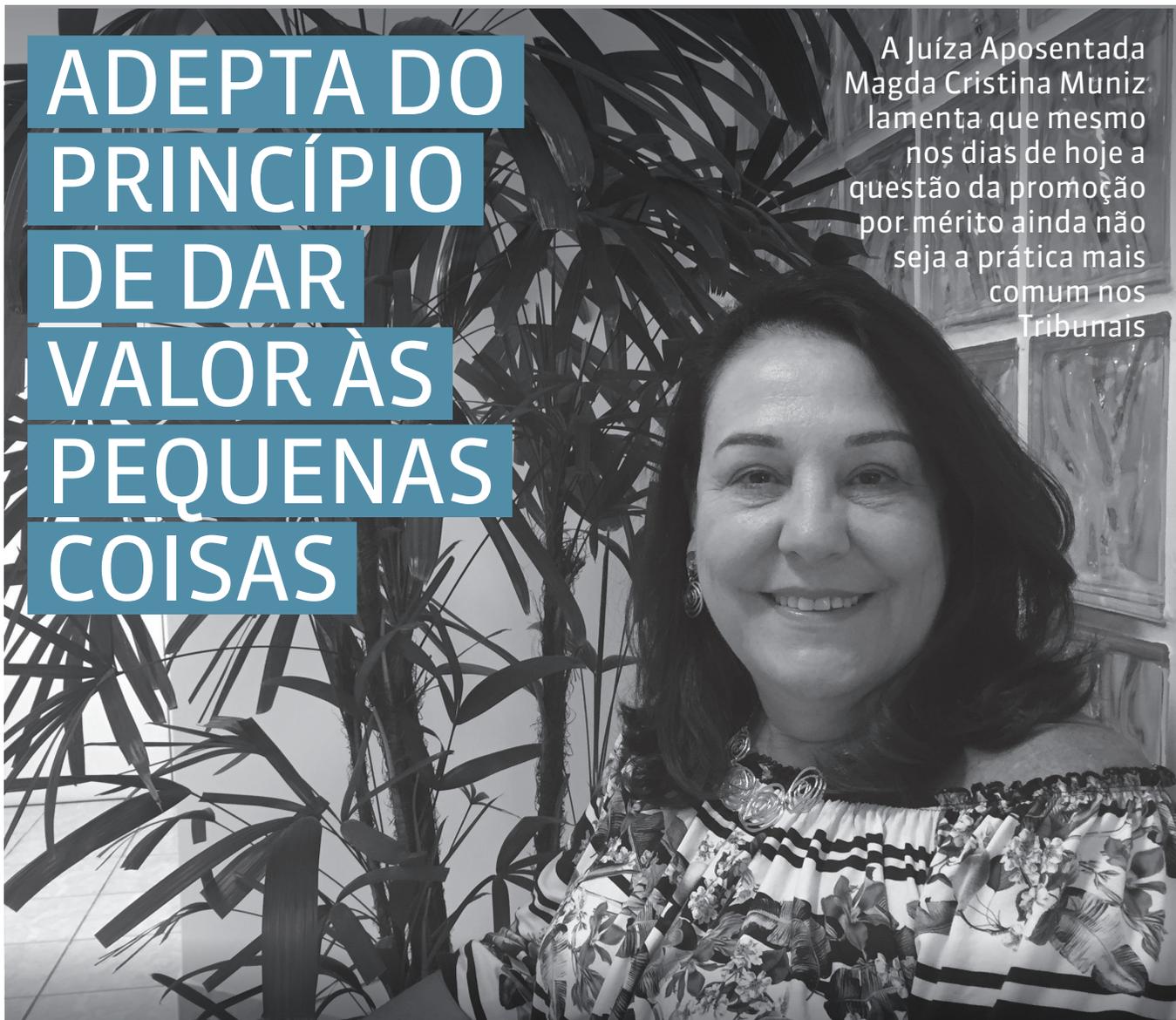
A Diretoria Social da AMATRA-2 ofereceu no dia 08 de outubro aos Associados e seus filhos, netos e sobrinhos uma tarde de brincadeiras e muita alegria para marcar o Dia da Criança. O evento gratuito aconteceu no Wood Buffet, espaço de festas no bairro de Moema, em São Paulo. Entre as atrações, as crianças puderam brincar em atividades de arvorismo, tirolesa e piscina de bolinhas, entre outras diversões lideradas pela turma de personagens do filme Madagascar.



## MEDALHA DE OURO

# ADEPTA DO PRINCÍPIO DE DAR VALOR ÀS PEQUENAS COISAS

A Juíza Aposentada Magda Cristina Muniz lamenta que mesmo nos dias de hoje a questão da promoção por mérito ainda não seja a prática mais comum nos Tribunais



COMUNICAÇÃO AMATRA-2

Um mês antes da promulgação da Emenda Constitucional número 41, que retirou dos servidores públicos o direito de manter após a aposentadoria a remuneração do cargo efetivo, Magda Cristina Muniz, na época com 50 anos, decidiu se aposentar e deixar para trás a carreira de oito anos e meio como Juíza do Trabalho do TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região). Era 2003. Aprovada no concurso de 1995, no qual foi classificada em 10º lugar, a carioca criada em São Paulo desde os quatro anos de idade estava desestimulada com a inexistência de critérios que garantissem promoção a quem fosse mais eficiente e competente. Optou, então, pela aposentadoria.

No período que atuou como Magistrada, doutora Magda só chegou a Juíza Titular de uma Vara do Trabalho sete anos

após ter tomado posse no cargo. Por antiguidade. Ao assumir a 77ª Vara, ainda em funcionamento na Praça Alfredo Issa, no Centro de São Paulo, reduziu o tempo entre distribuição e decisão de um total de 850 para apenas 90 dias. “Embora cumprisse todas as minhas obrigações, sempre me senti preterida nas promoções”, lembra a Magistrada aposentada, que hoje atua como advogada tanto na área trabalhista quanto em civil e família.

“A experiência de vida me ensinou a dar muito valor às pequenas coisas, a colecionar momentos de alegria”, contou à reportagem do MAGISTRATURA E TRABALHO numa conversa de pouco mais de duas horas transcorrida no escritório que mantém no bairro de Perdizes, na zona oeste de São Paulo. O “dar valor às pequenas coisas” faz parte da filosofia de vida de Magda Muniz. Não é por acaso que ao sugerir para esta publicação alguns livros que recomendaria para lei-

“O correto e justo é que os tribunais adotem critérios objetivos, evitando-se assim promoções que acabam preterindo os verdadeiros merecedores.”



tura dos mais jovens, ela colocou entre os títulos um clássico da literatura mundial, que trata de forma lúdica e até singela a forma de encarar a vida: O Pequeno Príncipe, do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry (veja as sugestões no box abaixo).

Além de advogar, atividade que diz amar, a Juíza Aposentada gosta de sair com as amigas para conversar e sempre que pode, quando não está premissa por algum prazo ou processo, relaxa em uma casa que mantém em Cabo Frio, na Região do Lagos, no litoral fluminense.

No período que esteve na Magistratura, Magda Muniz sempre participou de movimentos reivindicatórios da categoria. Na época que antecedeu o fim do cargo de Juízes Classistas, participou ativamente de uma mobilização a favor de mudanças para o acesso à carreira e valorização dos concursados.

### PASSEATA POR MELHORIAS

Naqueles anos, houve inclusive uma passeata que saiu de diferentes prédios da Justiça do Trabalho, que funcionava pulverizada em diferentes endereços de São Paulo, até a sede do Regional, no Bairro da Consolação. Doutora Magda participou da caminhada. “Em alguns períodos, a AMATRA-2 tinha uma postura menos combativa, mas isso mudou no decorrer dos anos”, afirma a Juíza Aposentada, que desde 2014, na segunda gestão da Juíza Patrícia Almeida Ramos, integra o Conselho Fiscal da entidade.

“O ponto mais importante (da reforma trabalhista) é a prevalência da negociação coletiva individual porque retrata uma valorização da vontade das partes e não mais a rigidez da norma, que não atendia mais a realidade econômica”.

Mesmo aposentada, a Juíza continua defendendo na pauta de reivindicação das entidades que lutam pelos direitos dos Magistrados a promoção por mérito. “O correto e justo é que os tribunais adotem critérios objetivos, evitando-se assim promoções que acabam preterindo os verdadeiros mercedores. Há anos isso tem sido tentado e ainda não foi corrigido plenamente”, afirma.

### FAMÍLIA E AMIGOS

Apesar de estar aposentada, Magda Muniz cultiva as amizades que fez nos quase nove anos de Magistratura. Sempre com sorriso no rosto, ela fala com carinho da relação que mantém com muitos colegas da época de concurso e também com os mais jovens, com quem tem contato, principalmente, em eventos promovidos pela AMATRA-2.

Magda Muniz cursou Direito na prestigiada Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. A paixão pela área foi herdada pela filha caçula da Juíza Aposentada, a também advogada Tauane Muniz, que divide com a mãe o escritório de Perdizes. O filho mais velho, Sérgio Vinícius, enveredou na área

de comunicação e hoje atua como radialista nas Organizações Globo. O marido de Magda, Paulo Sérgio, é comerciante, também aposentado.

### REFORMA TRABALHISTA

No papel de advogada que atua na Justiça do Trabalho, agora do outro lado do balcão, a Juíza Aposentada afirma estar vivenciando os pontos positivos e negativos da Lei 13.467/2017, a chamada Reforma Trabalhista. “Claro que ainda gera muita controvérsia de opiniões, com pontos negativos e positivos”, diz a doutora Magda Muniz. “O ponto mais importante, a meu ver, é a prevalência da negociação coletiva individual porque retrata uma valorização da vontade das partes e não mais a rigidez da norma, que não atendia mais a realidade econômica. A rigidez da norma estava gerando um maior número de litígios que eram submetidos à Justiça do Trabalho”, argumenta.

Entre a vida cercada de processos no escritório, as petições por fazer e o descanso na Região dos Lagos, a Juíza Aposentada aguarda pacientemente a realização de um sonho: ser avó. “Mas sem pressionar os filhos”, garante. ■

### METÁFORAS LITERÁRIAS

A Juíza Aposentada Magda Cristina Muniz sugeriu a leitura de três livros que, segundo ela, destoam um do outro pela forma como abordam questões da natureza humana

#### Capitães da Areia (Jorge Amado)

Mais realista dos três livros, a obra do escritor baiano narra a história de um grupo de meninos criados nas ruas de Salvador, a rotina de pequenos crimes cometidos por eles e também os sonhos e pensamentos inocentes destas crianças apesar da dureza da vida.



#### Dom Quixote de La Mancha (Miguel de Cervantes)

Escrito no século XVI, o livro do escritor espanhol narra as aventuras de um cavaleiro errante, que vive em seu próprio mundo enfrentando inimigos imaginários e revelando um heroísmo impossível montado no cavalo Rocinante e contando com a companhia do amigo realista Sancho Pança.



#### O Pequeno Príncipe (Antoine Saint-Exupéry)

Conta a história da amizade entre um homem frustrado por ninguém compreender os seus desenhos, com um príncipezinho que habita um asteroide no espaço. Por meio de uma parábola, o autor debate questões filosóficas como a perda da inocência e fantasia ao longo dos anos, e a importância das pequenas coisas.



# ACONTECEU

## JANTAR DE FINAL DE ANO:

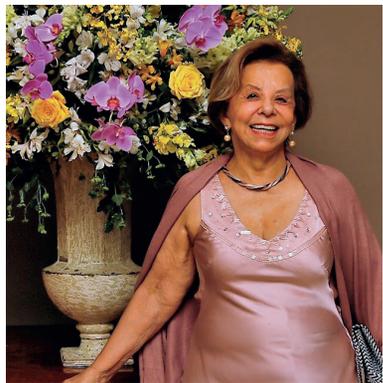
### A ALEGRIA DEU UM CHEGA PRA LÁ EM 2017

O ano difícil que terminou cedeu lugar para a alegria no tradicional Jantar Anual da AMATRA-2, realizado no dia 14 de dezembro, no Buffet França. Que venha 2018!



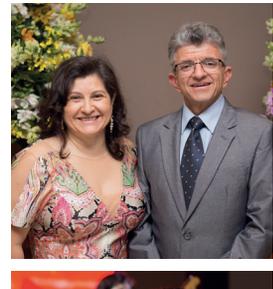
FOTOS: FELIPE PINHO







# ACONTECEU





# CONVÊNIO

## UM 2018 COM DESCONTOS

Conheça os benefícios de ser associado à AMATRA-2 em cursos, serviços e lazer

### ACADEMIA COMPETITION

Descontos de 15 a 20% a grupo de no mínimo dez associados matriculados em planos semestrais. O benefício é válido para cônjuges e filhos.



### BOURBON ATIBAIA CONVENTION & SPA RESORT

Desconto de 15% na tarifa vigente de qualquer apartamento escolhido, em qualquer período do ano. [www.bourbon.com.br](http://www.bourbon.com.br)

### COLÔNIA DE FÉRIAS APAMAGIS

Descontos especiais em hospedagem nas Colônias de Férias situadas no Guarujá, Campos do Jordão e Termas de Ibirá. [www.apamagis.com.br/site/colonia-de-ferias/](http://www.apamagis.com.br/site/colonia-de-ferias/)

### CONCESSIONÁRIA AUTOSTAR VOLVO

Descontos para aquisição de novos veículos, conforme tabela mensal publicada no site da AMATRA-2. [www.autostar.com.br/lojas\\_volvo.php](http://www.autostar.com.br/lojas_volvo.php)

### DANÇA&EXPRESSÃO

Desconto de 10% nas mensalidades para associados e familiares, além de isenção de taxa de matrícula. [www.dancaexpressao.com.br](http://www.dancaexpressao.com.br)

### ÉRICA PANZANI FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA

Descontos de 15% (uma sessão por semana), 20% (duas sessões) e 25% (três sessões) para associados e dependentes. Telefones para agendamento: (11) 2495.2292

### ESCOLA MAPLE BEAR – FERNÃO GAIVOTA

Desconto de 10% na anuidade, além de descontos diferenciados e cumulativos para irmãos. [www.fernaogaivota.com.br/maple-bear](http://www.fernaogaivota.com.br/maple-bear)

### FACULDADE DE DIREITO DAMÁSIO DE JESUS

Desconto de 15% para dependentes dos associados no curso de Direito. [www.damasio.com.br](http://www.damasio.com.br)

### GARAGE INN – VIRACOPOS

Desconto de 30% nas diárias da unidade próxima a Viracopos, incluindo transfer gratuito ao terminal do aeroporto.

### GINECOLOGISTA FLAVIA PUBLICO CORREA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos. Telefones para agendamento: (11) 5081.6478

### HOTEL VILLAGIO TUDO BOM

Desconto de 10% nos serviços de hospedagem. O hotel fica no município de Uruaú, a 90 km de Fortaleza. [www.hotelvillagiotudobom.com/po](http://www.hotelvillagiotudobom.com/po)



### INSTITUTO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO

Desconto de 30% no valor total de módulo de qualquer curso de língua italiana válido para associados, cônjuges e filhos. [www.icib.com.br](http://www.icib.com.br)

### KING PARK CONGONHAS

Na unidade próxima ao aeroporto de Congonhas, o estacionamento oferece descontos de 20% nas diárias e 10% na mão de obra em serviços disponíveis. Em Moema, os descontos são de 25% para estacionar e 12% nas lavagens.

### LIMA SUB ESCOLA DE MERGULHO

Desconto de 10% em todos os cursos ministrados pela escola. Telefone para mais informações: (41) 9911.6757

### LIVRARIA CULTURA

Desconto de 5% sobre livros nas lojas físicas de toda a Grande São Paulo. O associado também pode usufruir do desconto nas compras online [www.livrariacultura.com.br/c/livros?id\\_link=13493](http://www.livrariacultura.com.br/c/livros?id_link=13493)



### MACKENZIE

Descontos para associados e seus dependentes em cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, de extensão e, também, de educação infantil, fundamental e ensino médio. [www.mackenzie.br](http://www.mackenzie.br)

### MARCELLA LEDO DERMATOLOGIA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos para associados e familiares nas unidades de Jundiaí e no bairro do Itaim Bibi. [www.marcellaledo.com.br](http://www.marcellaledo.com.br)

### MARIA DOS ANJOS DOMÉSTICAS

Desconto de 15% na taxa de administração referente a um salário da profissional contratada. Telefones: (11) 3105.4403 ou 3242.0679

### MISTRAL VINHOS

A importadora oferece descontos de até 20% em seu amplo catálogo de vinhos. [www.mistral.com.br/parceria/amatra2](http://www.mistral.com.br/parceria/amatra2)

### NATUROLOGIA

Desconto de 15% nas sessões com a naturóloga Ana Paula Pessuto. Consultório em Higienópolis com estacionamento no local. Telefones para agendamento: (11) 3258.7082 ou (11) 97320.8776

### NORMANDO DESPACHANTE

Desconto de 15% em todos os serviços prestados a associados e dependentes. Telefones: (11) 3873.1348 ou 3862.2539

### PERSONAL SECURITY TRAINING – TIRO DEFENSIVO

Desconto de 12% para associados e dependentes em cursos e instruções de tiro defensivo. [www.facebook.com/PSTraining45](http://www.facebook.com/PSTraining45)



### REDE DE HOTÉIS TRAVEL INN

Tarifas diferenciadas em todas as unidades da rede – São Paulo (Vila Olímpia, Vila Clementino, Higienópolis e Jardins), Jundiaí, Campinas e Marília. <http://travelinn.com.br>

### ULTRAPARK – ESTACIONAMENTO AEROPORTO DE GUARULHOS

Desconto de 10% no valor das diárias. É necessário efetuar reserva pelo e-mail contato@ultrapark.com.br. [www.ultraparkgru.com.br](http://www.ultraparkgru.com.br)

PARA TER MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE [WWW.AMATRA2.ORG.BR](http://WWW.AMATRA2.ORG.BR)